

FASUL EDUCACIONAL

(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO EMPRESARIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO EMPRESARIAL

DISCIPLINA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EMPRESARIAIS
RESUMO
Estudando Direito, todos temos acesso aos conceitos gerais, contudo, isso não é suficiente para compreender o Direito Empresarial e, principalmente, entender as razões de sua aplicação prática. Até porque, o Direito é muito mais do que a simples leitura e compreensão de conceitos; é fruto de um processo histórico e social, pois surgiu da sociedade e para a sociedade. Consequentemente, a cada evolução histórica e mudança de paradigma social, ele segue se adaptando e evoluindo. Dessa forma, para compreender o Direito Empresarial atual, é de suma importância entender todo o seu processo de origem e construção, para que seja possível compreender o raciocínio jurídico por traz das diversas aplicações práticas. Portanto, o objetivo desta aula é apresentar um panorama da origem do comércio e do Direito Comercial, para então adentrarmos a teoria da empresa e a construção das características atuais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL SISTEMA FRANCÊS E SISTEMA ITALIANO DIREITO COMERCIAL NO BRASIL CARACTERÍSTICAS DO DIREITO EMPRESARIAL AULA 2 INTRODUÇÃO ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EMPRESARIAIS FUNÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE EMPRESARIAL APLICAÇÃO PRÁTICA AULA 3 INTRODUÇÃO EMPRESA EMPRESÁRIO SOCIEDADE APLICAÇÃO PRÁTICA AULA 4 INTRODUÇÃO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL POR INCAPAZES IMPEDIDOS DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL POR ESTRANGEIROS

APLICAÇÃO PRÁTICA

AULA 5

INTRODUÇÃO

DIMENSÃO ECONÔMICA

DIMENSÃO POLÍTICA

DIMENSÃO SOCIAL DO MERCADO

DIMENSÃO JURÍDICA

AULA 6

INTRODUÇÃO

CRISE DA VISÃO TRADICIONAL DOS CONTRATOS

FLEXIBILIZAÇÃO DA AUTONOMIA E DA LIBERDADE NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS

APLICAÇÃO DA BOA-FÉ NO ORDENAMENTO JURÍDICO

BRASILEIRO

APLICAÇÃO PRÁTICA

BIBLIOGRAFIAS

- AZEVEDO, P. P. de. A lex mercatoria e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. Prima facie, ano 5, n. 9, jul./dez. 2006.
- BERTOLDI, M. M. Curso avançado de direito comercial. 9. ed. São Paulo:Revista dos Tribunais, 2015.
- COELHO, F. U. Manual de Direito Comercial. 14. ed. São Paulo. Saraiva, 2003..

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SOCIETÁRIO

RESUMO

Quando nos referimos à “sistema tributário”, devemos ter em mente o conjunto de normas que regula a atividade tributante. Essas normas podem estar inseridas dentro ou fora de uma constituição.

A aposição de matéria tributária no corpo da constituição é prática que remonta desde a origem do Estado de Direito em nosso país. A Constituição de 1824 dispunha, por exemplo, que todos deveriam contribuir para as despesas do Estado na proporcção dos seus haveres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

NORMAS GERAIS EM DIREITO TRIBUTÁRIO

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

AULA 2

INTRODUÇÃO

ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS
IMUNIDADE E OS TRIBUTOS INDIRETOS
RESTITUIÇÃO DOS TRIBUTOS INDIRETOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
SIMPLES NACIONAL
LUCRO PRESUMIDO
LUCRO REAL
INCENTIVOS FISCAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO
O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
SOCIEDADE LIMITADA
SOCIEDADES ANÔNIMAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO DIREITO DO CONTRIBUINTE
PROPÓSITO NEGOCIAL
COMO FAZER PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO E EVASÃO FISCAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA
FUSÃO SOCIETÁRIA
CISÃO SOCIETÁRIA
ESTUDO DE CASO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Código Tributário Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1966.
- COSTA, R. H. Curso de Direito Tributário. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

DISCIPLINA:

INTRODUÇÃO AO DIREITO EMPRESARIAL

RESUMO

O direito é instrumento por meio do qual a sociedade se organiza. Segundo Hobbes, o homem vivia em um estado de natureza. Trata-se de uma situação hipotética por meio da qual os homens experimentam liberdade plena, pois estavam organizados apenas sob as leis da natureza. Basicamente, era a lei do mais forte subjugando os mais fracos. Todavia, com o advento da propriedade, o homem precisou que suas relações fossem tuteladas, evitando a barbárie e a autotutela. Essa ideia de anterioridade não guarda

relação com períodos históricos, por certo. Isso porque o estado de natureza hobbesiano e o surgimento do estado civil são metáforas que visam explicar o período pré-social da humanidade. Com o advento do conceito de propriedade, portanto, o homem precisou sair do estado de natureza e dar início a um Estado Civil. E aí que surge o conceito de Estado como agente controlador das relações humanas. Thomas Hobbes, conhecendo a tendência natural à violência do ser humano, eternizou a célebre frase "o homem é lobo do homem", pois, para ele, em decorrência do seu intelecto, o homem dominou a natureza, mas encontrou no caminho outros homens, seus rivais, verdadeiros predadores naturais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

AULA 2

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

AULA 3

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

AULA 4

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

AULA 5

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

AULA 6

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS
BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA
RESUMO
Os conteúdos aprofundados neste estudo trazem uma série de informações importantes para que você tenha uma excelente capacitação técnica em sua nova carreira profissional. Inicialmente, conheceremos um pouco sobre o Direito, para que assim você adquira uma base de conhecimento para as próximas etapas, em que abordaremos conteúdos como noções de Direito Trabalhista e noções de Direito Tributário, conteúdos essenciais para sua atuação na área da contabilidade. Nesta etapa, teremos uma noção sobre o Direito, vendo as Fontes do Direito, a hierarquia das Leis, a Constituição Federal de 1988 e o Estado Democrático de Direito, para entendermos como o Ordenamento Jurídico funciona no Brasil. Com isso, você também começará a entender como as leis são aplicadas e como elas conduzirão a área contábil.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4 AULA 2 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4 AULA 3 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4 AULA 4 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4 AULA 5 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3

VÍDEO 4

AULA 6

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988 – CF/88. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.
- NADER, P. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO APLICADA E DIREITO DO CONSUMIDOR

RESUMO

Os direitos fundamentais em nossa Constituição Federal; esta também confere poder ao povo e institui, assim, o regime democrático em nosso país, o que legitima as manifestações populares. E o conhecimento desses direitos fundamentais importa ao cidadão e a todos os profissionais inseridos em qualquer atividade econômica, uma vez que cabe não só ao Estado, mas também a toda sociedade (no que se incluem as empresas prestadoras de serviços e produtoras de bens de consumo), velar pela preservação e garantia dos direitos fundamentais constitucionais. Assim, os temas desta disciplina são de conhecimento obrigatório não apenas para a nossa vida privada como também para a profissional, para que se possa preservar os ditames constitucionais pelo bem de todos. Veremos ainda debates que dizem respeito à defesa do cidadão-consumidor, especialmente os que estão ligados ao marketing, têm ocupado cada vez mais espaço no cenário nacional, mostrando-se presentes no dia a dia da população. Visando proporcionar ao acadêmico um contato com a estrutura do Direito do Consumidor atual, esta disciplina aborda aspectos históricos e legislativos dessa área. Assim, o aluno será capaz de compreender as interligações do Direito do Consumidor com a legislação pertinente e refletir sobre as repercussões relacionadas à defesa do cidadão-consumidor na sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONVERSA INICIAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS FUNDAMENTAIS

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO

OS DIREITOS ECONÔMICOS

LIBERDADE ECONÔMICA E EMPREENDEDORISMO

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 2

CONVERSA INICIAL

TEMA 1 – DIREITO DO TRABALHO

SALÁRIO E REMUNERAÇÃO
ADICIONAIS AO SALÁRIO
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E VENDA EXTERNA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

CONVERSA INICIAL
INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL
CAPACIDADE CIVIL
NEGÓCIO JURÍDICO
OBRIGAÇÕES
DIREITO DOS CONTRATOS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

CONVERSA INICIAL
CONTRATOS EM ESPÉCIE I
CONTRATOS EM ESPÉCIE II
EXTINÇÃO DOS CONTRATOS
CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR
EXECUÇÃO E FALHAS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

CONVERSA INICIAL
DIREITO EMPRESARIAL E LGPD
SOCIEDADES
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E MEI
RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS
ENCERRAMENTO DAS SOCIEDADES E FALÊNCIA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

CONVERSA INICIAL
DIREITO DO CONSUMIDOR E LEI GERAL DE PROTEÇÃO AO DADOS (LGPD)
RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR E PRÁTICAS ABUSIVAS
FATO E VÍCIO DOS PRODUTOS
DANOS MORAIS
RELAÇÕES DE CONSUMO NA ERA DIGITAL
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- AZEVEDO, N. Q. de. Direito do consumidor. [livro eletrônico] Curitiba: InterSaberes, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 22 maio 2017.

- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 13 jul. 2017.

DISCIPLINA: CÁLCULOS TRABALHISTAS
RESUMO
No estudo dos cálculos trabalhistas, seja para liquidação da petição inicial, da sentença ou para folha de pagamento, algumas noções iniciais são imprescindíveis, especialmente porque a concretização do Direito do Trabalho depende, em inúmeros momentos, da correta tradução do direito em valores.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE HORAS EXTRAS
AULA 2 INTRODUÇÃO ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA OUTROS ADICIONAIS FALTAS INJUSTIFICADAS SALÁRIO FAMÍLIA
AULA 3 INTRODUÇÃO REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS CÁLCULOS FÉRIAS COLETIVAS CÁLCULO DAS FÉRIAS COLETIVAS
AULA 4 CONVERSA INICIAL VALOR DA PRIMEIRA PARCELA DO DÉCIMO TERCEIRO VALOR DA SEGUNDA PARCELA DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO EMPREGADOS QUE FORAM ADMITIDOS APÓS 17/01/2016 AJUSTE DA PARCELA VARIÁVEL DO DÉCIMO TERCEIRO
AULA 5 INTRODUÇÃO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) MULTA DA DATA-BASE RESCISÃO POR ACORDO ENTRE AS PARTES PETIÇÃO INICIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
EXEMPLO DE PETIÇÃO INICIAL
CÁLCULOS DA PETIÇÃO INICIAL
SENTENÇA TRABALHISTA
SEGURO-DESEMPREGO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 ago. 1943.
- BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 132, de 20 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/sumulas>. Acesso em: 21 ago. 2018.
- _____. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 191, de 30 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/sumulas>. Acesso em: 21 ago. 2018.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE PESSOAS - FOCO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

O curso de gestão de pessoas na área pública compreende vários aspectos, dentre eles: tendências e desafios na era digital; carreira do servidor público; gestão de pessoas no setor público e gestão de talentos; gestão de talentos como instrumento para a melhoria de desempenho; gestão de talentos como instrumento para a transformação e política governamental para gestão de pessoas. Todos eles serão abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
IMPACTOS: GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL
GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL
FATOR HUMANO
HABILIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS
PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA
FINALIZANDO

AULA 2

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
CARTA IBERO-AMERICANA DA FUNÇÃO PÚBLICA
ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 1
ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 2
CÓDIGO DE ÉTICA (DECRETO N. 1.171/1994), VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (SÚMULA VINCULANTE N. 13) PROCESSO DISCIPLINAR (LEI N. 8.112/1990)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
FINALIZANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS
GESTÃO DE TALENTOS
DO CONCURSO PÚBLICO À INTEGRAÇÃO
RECOMPENSAR E DESENVOLVER
MANTER E AVALIAR
FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
CONSTRUÇÃO DE UM MODELO GERENCIAL
GESTÃO DE COMPETÊNCIA
GESTÃO DO CONHECIMENTO
COMPORTAMENTO E MOTIVAÇÃO
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL
LIDERANÇA (PARTE I)
LIDERANÇA (PARTE II)
COACHING
INOVAÇÃO
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (IPEA)
POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS
PLANO DE CAPACITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS
• CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010. • KNAPIK, J. Gestão de Pessoas e Talentos. Curitiba: IBPEX, 2008. • PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 120, n. 1, p. 7-40, jan./abr. 1996.

DISCIPLINA: DIREITO COMERCIAL
RESUMO
A disciplina de Legislação Comercial aborda temas atuais e importantes, dentre eles destacamos: Direitos fundamentais e direitos humanos – aspectos gerais; Direitos individuais e coletivos; Direitos sociais; nacionalidade e direitos políticos e Tratados internacionais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DIREITOS SOCIAIS NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS TRATADOS INTERNACIONAIS
AULA 2 EMPREGADO, EMPREGADOR E CONTRATO DE TRABALHO SALÁRIO E REMUNERAÇÃO ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO DE TRABALHO RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO VENDEDOR E REPRESENTANTE COMERCIAL
AULA 3 FUNÇÃO, FORMAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS EXTINÇÃO DOS CONTRATOS CONTRATOS EM ESPÉCIE I CONTRATOS EM ESPÉCIE II CONTRATOS EM ESPÉCIE III
AULA 4 EMPRESÁRIO INDIVIDUAL CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS PANORAMA GERAL DAS SOCIEDADES AS SOCIEDADES LIMITADAS AS SOCIEDADES ANÔNIMAS
AULA 5 RELAÇÃO DE CONSUMO: CONSUMIDOR, FORNECEDOR, PRODUTO OU SERVIÇO DIREITOS BÁSICOS DOS CONSUMIDORES RESPONSABILIDADE POR FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO OU SERVIÇO DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

AULA 6

DAS PRÁTICAS COMERCIAIS: OFERTA E PUBLICIDADE
DAS PRÁTICAS COMERCIAIS: POLÍTICAS ABUSIVAS E COBRANÇA DE DÍVIDAS
DA PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR
OS TÍTULOS DE CRÉDITO
DAS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVA.

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessem: 27 jun. 2017.
- BRASIL. Ministério Das Relações Exteriores. SCl: Sistemas atos internacionais. Disponível em: <http://daimre.serpro.gov.br/apresentacao/tipos-de-atos-internacionais/>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- GOMES, E. B.; MONTENEGRO, J. F. Introdução aos estudos de direito internacional. Curitiba: InterSaberes, 2016.

DISCIPLINA:

CONTRATOS IMOBILIÁRIOS

RESUMO

Ao estudar direito contratual, devemos ter como norte os arts. 5 e 170 da Constituição Federal, que fixam o direito à propriedade e a função social da propriedade como direitos e garantias fundamentais dos indivíduos e da coletividade e como princípio geral da atividade e ordem econômica. Estabelecido o princípio norteador na Constituição Federal, deve o profissional e estudante do Direito Imobiliário compreender e aplicar o regramento geral dos contratos (teoria geral e contratos em espécie), que se dá pelo Código Civil brasileiro (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002), que, conforme leciona o jurista Carlos Roberto Gonçalves, disciplina a vida das pessoas (ou antes mesmo dela, ao tratar de prole eventual e embrião excedentário) desde a concepção até depois da morte (eficácia de testamento e memória dos mortos).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

LEGISLAÇÃO QUE TRATA SOBRE A TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

CONCEITO DE CONTRATO E DE CONTRATO IMOBILIÁRIO

PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO CONTRATUAL

PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO CONTRATO

AULA 2

INTRODUÇÃO

EFEITOS DOS CONTRATOS

REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS

REVISÃO DOS CONTRATOS

EXTINÇÃO DO CONTRATO

AULA 3

INTRODUÇÃO

DISTINÇÃO ENTRE MATRÍCULA, ESCRITURA PÚBLICA E INSTRUMENTO

PARTICULAR

CONTRATO DE COMPRA E VENDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

CONTRATO DE COMPRA E VENDA: CLÁUSULAS ESPECIAIS

CONTRATO DE COMPRA E VENDA: ASPECTOS PRÁTICOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

CONTRATO DE LOCAÇÕES - DISPOSIÇÕES GERAIS II

CONTRATO DE LOCAÇÕES - DISPOSIÇÕES GERAIS III

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS - LOCAÇÃO RESIDENCIAL E PARA TEMPORADA

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS - LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONTRATO DE DOAÇÃO

CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO

CONTRATO DE FIANÇA

CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONTRATOS DE CESSÃO DE DIREITOS

CONTRATOS AGRÁRIOS

CONTRATO DE CORRETAGEM

CONTRATO DE COMISSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. _____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 13 jun. 2021.
- CBIB – CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. Indicadores Imobiliários Nacionais 2020. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/menu/mercado-imobiliario/indicadores-imobiliarios-nacionais>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- COELHO, F. U. Curso de Direito Civil. Volume 3: contratos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

COMPLIANCE EMPRESARIAL

RESUMO

É importante mencionar que, muitas vezes, há dificuldades para se compreender o termo compliance, isso porque esse conceito é relativamente novo em nosso País e também porque essa palavra era utilizada apenas em ambientes corporativos de setores altamente regulados, por exemplo: financeiras, indústrias de saúde, multinacionais vinculadas a leis internacionais de anticorrupção. Em que pese o compliance ser relativamente novo no Brasil, o instituto em si é antigo e muito difundido no exterior, mas, infelizmente, o Brasil, por muitos anos, permaneceu inerte ante à impunidade de pessoas físicas e jurídicas, que não respeitavam a legislação pátria, ética, moral etc.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONCEITO DE COMPLIANCE
PILARES DO COMPLIANCE
EMPREGADOS E CÓDIGO DE ÉTICA DA EMPRESA
STF E COMPLIANCE FRENTE À AÇÃO PENAL 470 – CASO PRÁTICO

AULA 2

INTRODUÇÃO
ANÁLISE DE RISCOS DE UMA ORGANIZAÇÃO/EMPRESA
RISCOS – CONCEITOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COMPLIANCE
ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCOS
PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS QUE ORIENTARÃO CONDUTAS

AULA 3

INTRODUÇÃO
COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO
DUE DILIGENCE DE TERCEIROS
ACOMPANHAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE COMPLIANCE
DISPONIBILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE DENÚNCIAS ANÔNIMAS OU CONFIDENCIAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO
COMPLIANCE E NOÇÕES DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO
CATEGORIA DOS CUSTOS
TIPOS DE COMPLIANCE
CASO PRÁTICO – DEMISSÃO DE EMPREGADOS QUE PEDIRAM AUXÍLIO EMERGENCIAL INDEVIDAMENTE

AULA 5

INTRODUÇÃO
CORRUPÇÃO NOS CENÁRIOS NACIONAL E INTERNACIONAL
GOVERNANÇA CORPORATIVA
AS NORMAS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL
SANÇÕES PREVISTAS NA LEI N. 12.846/13

AULA 6

INTRODUÇÃO
COMPLIANCE E LEI 13.303/16
ITER CRIMINIS E COMPLIANCE
AUDITORIA INTERNA E CONTROLADORIA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO, A. C. (Coord.). et al. Manual de compliance. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- CATLETT, C. A responsabilidade pessoal dos executivos de compliance. Legis Compliance, 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.legiscompliance.com.br/artigos-e-noticias/1732-a-responsabilidade-pessoal-dos-executivos-decompliance>. Acesso em: 29 jun. 2021.

- COELHO, C. C. B. P.; SANTOS JUNIOR, M. de C. Compliance. Rio de Janeiro: FGV, [S.d.]. Apostila. Disponível em: https://www.academia.edu/43796949/Compliance_Apostila_FGV. Acesso em: 29 jun. 2021.

DISCIPLINA:
DIREITO PENAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS
RESUMO
Há várias formas de ilícitos praticados em decorrência de uma relação de trabalho, e, nos últimos anos, alguns ganharam destaque na mídia, como casos de assédio sexual; trabalhadores de empresas de confecções mantidos em condições análogas às de escravo, e o mesmo ocorrendo com trabalhadores rurais e até mesmo da construção civil. Em comum, estes fatos têm a sua configuração como crime, entretanto, não é qualquer ilícito trabalhista que pode ser denominado crime, sendo o objetivo desta aula realizar um apanhado geral sobre a necessidade de um Direito Penal do Trabalho.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZANDO DEFINIÇÃO DE DIREITO PENAL DO TRABALHO O ESTADO CONSTITUCIONAL DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS DIREITOS SOCIAIS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS DIREITOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS AO TRABALHO FINALIZANDO AULA 2 INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZANDO A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM A EXCLUSÃO SOCIAL DO TRABALHADOR OS DIREITOS DO TRABALHADOR NA CONVENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DEFINIÇÃO DE CRIME NO BRASIL SUJEITOS DO CRIME FINALIZANDO AULA 3 INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZANDO ITER CRIMINIS E TENTATIVA DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA, ARREPENDIMENTO EFICAZ E ARREPENDIMENTO POSTERIOR ILICITUDE CULPABILIDADE CAUSAS DIRIMENTES FINALIZANDO AULA 4 INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO
FATO TÍPICO E TIPICIDADE
O ATO LESIVO DA HONRA E A BOA FAMA DO EMPREGADO
HOMICÍDIO
LESÃO CORPORAL
REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
FURTO
ROUBO E EXTORSÃO
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA
ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO
FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO
INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA.
SABOTAGEM
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO
CORRUPÇÃO PASSIVA
ABUSO DE AUTORIDADE
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- BARROS, A. M. de. Proteção à intimidade do empregado. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009.
- BARROSO, L. R. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CANOTILHO, J. J. G. Direito constitucional. 7. ed. Coimbra: Edições Almeida, 2003.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas.

Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor.

Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado

executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

PODERES ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

MODALIDADES DA LICITAÇÃO

EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO

REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS

TIPOS DE CONTRATO

CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS

EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014

CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.
- BRASIL. Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.